



O MUNDO ÁRABE E O BRASIL

Organizador
WAÏL S. HASSAN



edições makunaima

COORDENADOR: José Luís Jobim

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO: Casa Doze Projetos e Edições

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

REITOR: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR: Fabio Barboza Passos

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE- EdUFF

Conselho Editorial

Luciano Dias Losekan (Diretor)

Carlos Rodrigues Pereira

Denise Tavares da Silva

Johannes Kretschmer

Iris Maria Costa Amancio

Lucia Maria de Assumpção Drummond

Luiz Mors Cabral

Marco Moriconi

Marcos Otávio Bezerra

Renato Franco

Roberto da Silva Fragale Filho

Ronaldo Altenburg Odebrecht Curi Gismondi

Ruy Afonso de Santacruz Lima

Vágner Camilo Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M965 O mundo árabe e o Brasil [livro eletrônico] / Organizador Waíl S. Hassan. – Rio de Janeiro, RJ: Edições Makunaima; Niterói, RJ: EdUFF, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilingue

ISBN 978-65-87250-60-1

1. Árabes – Brasil – História. 2. Cultura árabe. 3. Literatura árabe – História e crítica. I. Hassan, Waíl S.

CDD 305.8927

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O MUNDO ÁRABE E O BRASIL

ORGANIZADOR
WAÏL S. HASSAN

2024



A diáspora palestina no Brasil: os entre lugares do desterro forçado, as viagens e as novas memórias com a Palestina

Denise Fagundes Jardim
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

Introdução

Esse artigo trata das imigrações de origem árabe e em especial palestina de hoje e de ontem no Brasil. Descrever a *diáspora palestina* como um tipo particular de um fenômeno geral pode sugerir certo conforto para a análise, mas não necessariamente contribui para conhecer a diversidade de itinerários e experiências da diáspora palestina. Tomo a *diáspora palestina* como um fenômeno plural, como uma imigração forçada com desdobramentos diversos. Partilho das preocupações de Edward Said (1990) quanto à impossibilidade de tratá-la como unívoca, ou como um caso particular de um tipo geral¹. A unidade imputada às trajetórias diversas dos palestinos inscreve no problema de pesquisa a tentativa de recuperar alguma “fidelidade a tradições”. Tal perspectiva implica uma redução que reitera certo *orientalismo* que busca uma “alma árabe” entre aqueles

85

1 Em Jardim (2000), tratei da maneira como os entrevistados referem a noção de diáspora. O termo permite sintetizar uma “qualidade” especial das famílias espalhadas em várias localidades. Os entrevistados salientam a vitalidade da linha paterna e de sua capacidade de manter vínculos mesmo à distância. O termo é utilizado para sintetizar reflexões sobre as experiências dos entrevistados, utilizando-se de noções de “família” (incluindo “lados” da parentela como brasileira, palestina ou árabe, italiana) a partir da reflexão sobre o que observam na sua própria parentela.

que migram e que carregam a mesma potencialidade para lugares diversos. Agregue-se a isso a inferência de que as tradições culturais de imigrantes seriam residuais e sobrevivências de um momento anterior, em que estariam mais completas. A experiência no Brasil evidencia a complexidade em gerir uma vida familiar ampla e os desafios de manter suas conexões com a Palestina.

Compreender os percursos migratórios de palestinos e palestinas para o Brasil na segunda metade do século XX é uma primeira aproximação com suas histórias pessoais e familiares. O trabalho de campo em antropologia ensejou uma aproximação com aquilo que vem sendo considerado a Diáspora Palestina e mostra uma imigração que nada têm em comum com as histórias de povoamento e de projetos estatais de colonização do Brasil por imigrantes vindos da Europa no século XIX. As histórias dos palestinos e de suas famílias nos revelam as repercussões de desterramentos forçados, de vidas em campos de refugiados e a busca de vistos internacionais para construir possibilidades de vida até então inviabilizadas na Palestina.

86

No Brasil, os estudos sobre imigrações foram fortemente atravessados por uma preocupação “naciocêntrica”, o que levava constantemente pesquisadores e pesquisadoras a se interessar por segmentos que se revelam como construtores de si, de seu sucesso como imigrantes, e da nação. Nos anos 90, muito foi investido para conhecer a realidade de brasileiros como imigrantes nos Estados Unidos, países da Europa e Japão e o percurso de retorno de gerações de filhos dos imigrantes japoneses nascidos no Brasil. As reflexões mais recentes sobre imigração para o Brasil decorrem de uma perplexidade que se amplificou. As imigrações “limítrofes” com países de fala castelhana foram sobrepujadas pelo interesse público e pela hiper visibilização de imigrantes de países africanos e caribenhos, notadamente após os anos 2010, com um boom econômico, com o fechamento de fronteiras europeias que impuseram uma circulação internacional intercontinental entre países do sul global. E, no

caso do Brasil, ensejaram mudanças na governança das migrações e nas leis relativas a políticas migratórias e modos de regularizações mais detalhadas em acessos e modalidades de regularização, distanciando-se do binômio nacional/estrangeiro que organizava as políticas imigratórias criadas no período da ditadura militar no Brasil ainda que tardiamente, nos anos 80 e que perduraram até 1995 (com a adoção do estatuto de refugiado) e, somente em 2017, com uma nova lei imigratória em vigência no Brasil.

Neste cenário local, a presença de estrangeiros nas cidades de fronteira até o final do século XX eram temas que apontavam para o tema da diversidade linguística e a complexidade das cidades em si, mais do que uma problematização de segmentos tidos e vistos como “estrangeiros”: de origem árabe, libanesa e palestina, ou da presença chinesa no comércio fronteiriço, notadamente na cidade de Foz de Iguaçu, na fronteira “tríplice” entre Brasil, Paraguai e Argentina.

A partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, observamos um interesse acadêmico pela presença muçulmana no Brasil e, em especial, a percepção de que os muçulmanos que constituíam salas de oração em clubes recreativos de associações eram, ao final, de procedência de países árabes e palestinos. A associação entre violência e imigrantes árabes já havia sido vivida pelos imigrantes árabes e palestinos nas cidades de fronteira quando do atentado a Asociación Mutual Israelita (AMIA) no bairro de Once em Buenos Aires em 18 de julho de 1994. Naquele momento, muito antes do 11S, a presença numerosa de comerciantes os citava, na grande imprensa brasileira e pela polícia de fronteira, como potenciais terroristas e assim foram abordados em suas lojas, nas cidades de moradia em Foz do Iguaçu (cidade de fronteira entre Brasil e Paraguai) e no Chuí (cidade de fronteira entre Brasil e Uruguai), mesmo vivendo há alguns bons quilômetros do ocorrido. Eram acusados de uma atuação em rede internacional de terror que nunca foi comprovada. Poucos anos depois, a história já compunha o anedotário dos imigrantes referindo

ao dia em que foram comprar pão na esquina de sua casa e acabaram abordados pela polícia porque não portavam documentos consigo.

A percepção da presença muçulmana no Brasil hoje, com suas mesquitas e predominância no comércio popular, não é exclusivamente associada à origem árabe e Palestina. No Brasil, com o ingresso mais recente de imigrantes senegaleses em um período de 2010 para cá, e os processos de conversão de brasileiros/as, percebe-se que o segmento de religião muçulmana também se diversificou. No Brasil, um relatório sobre islamofobia aponta um momento atual de hiper visibilização da presença de muçulmanos e uma atenção aos imigrantes, não somente como tema de pesquisa, mas como uma preocupação sobre o alcance e direcionamento do discurso de ódio na sociedade brasileira².

88 Hoje é possível perceber que os trabalhos de cunho histórico-gráfico sobre a imigração como eixo de formação do Brasil urbano industrial passaram por um denso aprendizado e transformações até encontrar o tema da Diáspora Palestina e sobre como a Nakba (Pappe: 2006) atravessa as escolhas migratórias desse segmento que “escolhe” o Brasil. São estudos mais focados no fenômeno imigratório e aspectos internacionais sobre mercado de trabalho e globalização, mas que gradativamente agregaram novas abordagens reconhecendo o colonialismo e indagando sobre a produção de estereótipos em escala global e seus efeitos locais. Como pesquisadora dessa temática desde os anos 90, percebo que as pesquisas empíricas começaram a encontrar uma geração de filhos que junto ao pesquisador/a, na interlocução, refletiram sobre a origem palestina e sobre os desterramentos e supressão de seus direitos (de retorno) e inviabilização da cidadania na Palestina³.

2 O segundo relatório sobre islamofobia foi divulgado em 2023 e o primeiro relatório, de 2022, está disponível em [ffeo57_6fb8d4497c4748f8961c92a546c5b3fc.pdf \(ambigrama.com.br\)](https://www.ambigrama.com.br/ffeo57_6fb8d4497c4748f8961c92a546c5b3fc.pdf) acesso em 04 de abril de 2024.

3 Neste caminho, acumularam-se trabalhos sobre a descoberta dos pales-

A reflexão que se segue é um exemplo de um longo investimento de “escuta” e aprendizados sobre a multiplicidade de aspectos que reverberam a experiência de desterro. Esse aprendizado vem agregando novos pesquisadores em um campo de reflexões que tem tomado novas prioridades, seja o de observar o uso de tecnologias para conexões familiares, as estratégias familiares para manter a vida familiar “entre países” e que evidenciam como a vigilância epistemológica aos orientalismos são fundamentais para a escuta de histórias vividas. A experiência dos palestinos nos surpreende pela sua capacidade de recriação da identidade palestina diante de tantas adversidades.

Um lugar no mundo: os palestinos no extremo sul do Brasil.

Os palestinos são um terço da população refugiada do mundo. Grosso modo, podemos datá-los como uma imigração de pós-guerra, relativa à imposição internacional da criação do Estado de Israel em 1948 e a Nakba. Na história de seus desterramentos esse é um dos episódios fundamentais pelo uso do terror no esvaziamento de territórios, mas há outros fatos anteriores, como mostra Rashid Khalidi (2003), que remetem a disputa e perda do controle de seus territórios para Israel e relativos à colonização de suas terras. A experiência dos imigrantes palestinos no Brasil revela os nexos com outras guerras; guerra dos seis dias em 1967, a Intifada em 1987, uma década marcada por guerras civis. Tais fatos permitem entender um constante “ir e vir” de familiares que ora precipita a emigração, ora tem suas viagens de

89

tinos como comerciantes no Brasil, notadamente estados que representam uma “interiorização” do estado brasileiro no século XX, e passamos a trilhar novos rumos a pesquisa observando e aprendendo sobre a experiência de retorno à Palestina que ensejam as conexões familiares e o ativismo nas redes sociais mesmo que o campo tenha como referência o desterro dos imigrantes que vivem no Brasil. Esses enfoques são exemplificados por GUGLIELMINI (2022); OLIVEIRA (2020) e na área de comunicação ver DAHLEH (2024).

visitas familiares sustadas em virtude da dificuldade de reingresso na terra natal de seus familiares.

No sul do Brasil, a geração dos imigrantes que entrevistei, se refere à entrada no Brasil em virtude da criação do Estado de Israel e o que o fato significou para os jovens da época em termos de possibilidades de trabalho. A imigração significava encarar alguns caminhos. Um desses caminhos era destituído de um Estado de origem e assumia-se a condição de refugiado. Entrar na esfera da ajuda humanitária tinha um custo imediato, o de não poder circular entre países através de uma livre escolha. De outra parte, os documentos para sair da Palestina, ou eram israelenses (o que não dava acesso ao mundo do trabalho nos países árabes) ou, na melhor das hipóteses, concedidos pela Jordânia.

90 Segundo Delval (1992), os palestinos são referidos como uma nova onda de imigrantes do oriente médio, distintos das levas anteriores de árabes para o Brasil, porque na sua maioria são muçulmanos. É assim que organiza seus dados. Onde há uma mesquita, há a produção de um registro de procedências o que o leva a estimar a população palestina em 15% das demais procedências árabes conforme os registros do Centro Islâmico de São Paulo. Meus informantes reiteraram que 10% dos imigrantes de outras procedências árabes são palestinos. As estimativas nativas quase sempre contrastam “nós”, os palestinos, e “eles”, os libaneses. As considerações de Raymond Delval sobre a presença muçulmana e árabe englobam o sul do Brasil até a cidade de Lages através do mapeamento de mesquitas. De resto, não há mesquitas até aquela data, apenas Clubes e Associações de imigrantes.

De 1992 para cá, a criação de novas mesquitas e de salas de oração situadas em Clubes e Sociedades Benéficas parece ter aumentado consideravelmente, ou pelo menos chamado mais à atenção de cientistas sociais. Meu trabalho de campo foi realizado entre imigrantes de origem árabe, autodenominados palestinos, que

vivem no extremo sul do Brasil, na fronteira entre Uruguai e Brasil. Entre os meses de abril de 1996 até 1997 centrei meu trabalho de campo no Chuí e, nos anos posteriores, realizei entrevistas com filhos destes imigrantes residentes em outras cidades do sul do Brasil. As observações e entrevistas eram realizadas em suas lojas que eram também seu lugar de residência. Até hoje retorno periodicamente à cidade e nem sempre consigo encontrar as mesmas pessoas, algumas casas ficam fechadas por longos períodos e, por vezes, algumas famílias passam temporadas fora da localidade, mas consigo localizar os então já entrevistados vivendo em outras cidades do Brasil através das redes sociais.

O universo de minha pesquisa contou com 10 famílias, definidas de acordo com seus critérios, o que significa três ou mais unidades domésticas para uma mesma família. Este trabalho resultou uma etnografia sobre a recriação de tradições e as negociações de identidades frente a diversos “jogos identitários” que detectei na localidade. Através de seus relatos e através dos registros documentados que guardavam de uma história recente, pude compreender a complexidade e o investimento subjetivo na autodenominação como palestinos. Foi ali, pela primeira vez, que percebi esse “ir e vir” constante de familiares e amigos de diversas procedências de países do Oriente Médio. Atualmente, algumas questões me levam a retornar a campo, por exemplo, a revitalização do clube árabe através da mudança na diretoria ou porque a sala de orações fora ampliada ao menos duas vezes desde que iniciei meu trabalho de campo (de 1996 até hoje).

O trabalho sobre migrações palestinas no sul do Brasil teve seu prosseguimento. Na pesquisa realizada por Peters (2006), recolhendo material empírico e analisando a experiência dos imigrantes palestinos residentes na grande Porto Alegre, contrastamos muitos aspectos da vida familiar. Em comum, ressalta-se a retomada das tradições produzidas na diáspora por parte dos filhos de imigrantes.

Peters (2006) analisa os rituais de casamentos como eventos políticos de celebração da origem e de aproximação com os “locais”. Outros autores se referem à imigração palestina para a América Latina. Cecília Baeza (2003) prioriza a participação dos jovens palestinos na OLP no Chile mostrando a atividade política como um dos eixos de mobilização transnacional dos filhos de imigrantes.

Como demonstra Vitar (2003), contrariando a “lei de Hansen”, há uma pluralidade de situações relativas ao ato de lembrar as origens e nem sempre os filhos querem esquecer os valores culturais que remetem ao passado imigrante. No caso dos palestinos, são os filhos que lembram e recriam noções relativas à identidade étnica. Além disso, esses filhos não se definem exatamente como sujeitos “de origem palestina” e, sim, como palestinos.

92 Quanto aos palestinos nas fronteiras internacionais, Muller (2003) nos fornece um registro atual da presença dos palestinos através dos jornais locais nas cidades de fronteira e sua inserção nas redes de relações entre nacionais. Seu trabalho de campo na área da ciência da comunicação tem se estendido às fronteiras internacionais entre Brasil e Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. Todas as cidades de fronteira registram a presença dos palestinos e sua enorme relevância no comércio local.

Pode-se afirmar que esse apreço por cidades de fronteira não é exclusivo dos palestinos. Olhando para as migrações anteriores de procedência semita, as regiões de fronteira, como fronteiras de expansão, sempre estiveram relacionadas a um forte apelo para a busca de oportunidades comerciais e, em certo sentido, porque estão longe das rotinas estatais de fiscalização. Meus entrevistados, por exemplo, se reportam às inúmeras incursões em cidades de fronteiras, entre elas a construção de Brasília e a própria BR 471 que leva até o Chuí na década de 70.

Há uma participação política nas atividades propostas pelos clubes locais e a Autoridade Palestina tem um forte apelo para

esta geração de filhos de desterrados da Palestina. Em segundo lugar, esses imigrantes mantêm vínculos multilocais das relações familiares. Há sempre um familiar em outra cidade sulamericana, no continente europeu ou na América do Norte. Tais conexões se evidenciam no trânsito intenso dos patrícios, sempre viajando, e na chegada de esposas.

Entre Lugares: Um lugar no mundo da diáspora palestina.

Para além de esse trabalho ter sido originariamente produzido a partir de uma etnografia em uma localidade, ao longo dos anos posteriores à finalização do trabalho como tese, pude acompanhar outros momentos dessas e de outras famílias palestinas no extremo sul do Brasil. No início do trabalho de campo buscava entender a grande concentração de migrantes de origem estrangeira residentes em cidades de fronteira internacional⁴. Chamava-me a atenção a presença de migrantes no Chuí, pois em uma área considerada

4 Para entender a ocupação do Chuí e o que fazem os migrantes na localidade, é necessário compreender o crescimento das atividades comerciais desde os anos 70. O crescimento das atividades comerciais deve-se à implementação de equipamentos que encenam a presença do poder público e, portanto, a presença do Estado. No Chuí, a presença dos equipamentos do poder público, serviços de telefonia, abastecimento de água e luz, bancos públicos, escolas e postos de saúde permitiram transformar o “local” em um símbolo do “nacional. O Chuí tem cerca de 3 600 habitantes registrados no censo do IBGE de 1996. Um levantamento de 1997 realizado pela prefeitura do Chuí registrou 6.564 habitantes. O número de estrangeiros pode ser estimado pela procedência estrangeira registrada na polícia federal até 1999, somavam 134 jordanianos e 13 palestinos, mas a maioria dos estrangeiros é, de fato, uruguaia. O Chuí é a segunda cidade de fronteira que concentra maior número de estrangeiros residentes. Além disso, a afirmação como palestino engloba migrantes e filhos de migrantes nascidos no Brasil. As estimativas dos entrevistados indicam cerca de 200 palestinos. O dado impreciso permite um uso flexível por parte dos entrevistados de acordo com o debate; sobre o perigo de sua presença, ou ponderando sobre sua representatividade na política local.

como de *segurança nacional*, a presença de estrangeiros é alvo de constante vigilância por parte do poder público⁵.

Nesse sentido, a vida local dos imigrantes palestinos e árabes ali situados é uma vida na fronteira. Há inúmeros desdobramentos na cena local em que a afirmação da singularidade do município é associada a símbolos nacionais, e que versam também sobre sua bi-nacionalidade. Entretanto, na afirmação da singularidade do recém-criado município (desde 1996), a presença de “estrangeiros” permite afirmar um “multiculturalismo” e, desse modo, veicular noções positivas sobre a presença massiva de estrangeiros nas relações locais. Há momentos críticos em que a cidade é colocada sob suspeita pelos jornais e noticiários regionais e nacionais, e figura como uma área de ações ilegais e de contrabando. Nas campanhas políticas locais, os candidatos tratam o Chuí como uma síntese do Brasil e do multiculturalismo. Os “estrangeiros” passam a ser incorporados simbolicamente como parte do mundo social, relacionados aos “locais”.
94 Nessas situações, são produzidas versões e interpretações que tendem a singularizar o município de fronteira e permitir a incorporação simbólica dos potenciais estrangeiros. A classificação torna-se extensiva a todos os moradores que vieram “construir” o Chuí.

Os imigrantes palestinos atuam no comércio local, tem supermercadões e lojas que revendem aos uruguaios os produtos da indústria brasileira. Seus fornecedores estão em São Paulo e Santa Catarina, estados em que residiam nos primeiros tempos de Brasil. Constituem um segmento que consegue ter liquidez nas suas atividades econômicas, algo escasso em uma região de grandes proprietários rurais, de granjas e de mercado imobiliário pouco dinâmico⁶.

5 No Chuy (uruguaio) os equipamentos remetem a criação da República Oriental Uruguaio no final do século XIX, os equipamentos públicos visavam suplantam ações de contrabando e uso das fronteiras como locais de internada do gado pelos brasileiros.

6 Para esse trabalho foram entrevistadas diretamente 70 pessoas. O universo de pesquisa abrange cerca de 10 famílias, assim definidas mais de acordo

Minha observação e entrevistas ocorreram nas lojas. As lojas eram por vezes suas residências ou de parte da família. Assim como as unidades domésticas pareciam sempre umas conectadas umas às outras. A parentela poderia ter 3 ou 4 lojas com parentes envolvidos em diversas atividades empreendidas pela família. Além disso, em que pese as diferenças entre migrantes quanto a entrada no Brasil, as estratégias de inserção e tempo de permanência no Chuí, em muitos aspectos, eram comuns.

É comum aos migrantes que estendam suas redes de relações de trabalho e familiares para outras cidades, em especial, as cidades vizinhas como Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Rio Grande e entre outras cidades no interior do Rio Grande do Sul. Há uma intensa visitação e relações entre as famílias migrantes nas cidades do sul do Brasil.

Quando cheguei a campo no início dos anos 90, os migrantes se referiam a um “nós” em comum através da identidade *palestina*. Como diziam, “*aqui é tudo palestino*”. Nesse jogo de forças que definia uma singularidade e propunha uma “totalidade”, cabia perguntar quais os processos sociais que tornaram essa classificação conhecida e disponível e, como operava incluindo e excluindo sujeitos nessa denominação genérica. Especialmente, o que significava para famílias que tinham filhos nascidos na Palestina e outros no Brasil que igualmente se apresentavam como palestinos (e não de origem palestina). Além de ser uma classificação “útil” para pensar “localmente”, centrei meus esforços na compreensão de aspectos

95

com seus critérios do que por uma indicação de correspondência a unidades domésticas. Poderíamos estimar que a indicação de “uma família” envolve cerca de 3 unidades domésticas. Durante um ano, de abril de 1996 a maio de 1997, centralizei meus esforços no Chuí e, nos anos seguintes, entrevistava os filhos de migrantes que estivessem dispostos a conceder entrevistas, fato que estendeu meus contatos ao longo desses anos a outras cidades da região sul do Brasil.

que possibilitaram a ampla circulação dessa forma de classificação nas relações locais. Quais os processos sociais que fizeram circular e tornar pertinente essa classificação como uma divisão do mundo social?

A Palestina vivida a partir do Brasil

Os imigrantes de primeira geração chegaram ao Brasil no final dos anos 50 e no Chuí nos anos 70, depois de um longo percurso pelas cidades no interior do Brasil. Outros migrantes residentes, também uma “primeira geração” vinda ao Brasil e ao Chuí, estavam situados na chamada *Rua Jenin* e chegaram nos anos 80 na localidade. Estes usufruem de uma rede de relações que os traz diretamente para trabalhar como empregados das grandes lojas dos *patrícios*. Com os patrícios já estabelecidos conseguem seu primeiro trabalho e a possibilidade de tornarem-se arrendatários de uma das pequenas lojas na Rua Jenin. Nessa rua podem iniciar suas atividades. É um lugar de passagem para outras possibilidades de trabalho no Brasil, a mais desejada é a tornar-se um “dono” de seu próprio negócio⁷. Quanto aos encontros da família no Chuí, seus filhos já são adultos e começam a constituir famílias.

O que ocorreu com os jovens filhos para alcançar essa apropriação de uma identidade palestina, quando muitas vezes a mãe sendo brasileira, pouca desenvoltura podia ter com o idioma árabe? O idioma move parte considerável da vida na rua, mas nem todos que entendem podiam dizer que dominavam o idioma.

Diferentes ações coletivas levadas na localidade do Chuí conectam os jovens filhos de imigrantes com jovens em São Paulo e Brasília, ao mesmo tempo colocavam os jovens em arenas públicas e contato com políticos de suas cidades. Tal inserção em grupos de formação política se dava em um período de redemocratização no

⁷Truzzi (1997) é um trabalho fundamental sobre os itinerários de migrantes de origem árabe para o Brasil e sobre as condições sociais da reinvenção de sua identidade.

Brasil e indicavam as formas de inserção empreendidas nas relações locais, ora enfatizando espaços de exclusividade, ora investindo em relações explícitas nas relações locais fazendo uso da identidade étnica. Todavia, isso não foi linear ou uma atitude deliberada. Na década de 80, os esforços coletivos sublinharam a *coletividade árabe* marcando sua singularidade e exclusividade.

As ações resultaram na construção de um prédio com sala de reunião para 200 pessoas para ser a sede do *clube árabe*. Anos depois, o prédio era descrito como *abandonado*. A situação revelava dois momentos recentes na cidade. O “abandono” do clube não significava que os seus principais agentes estivessem fora de atividade, pelo contrário, estavam imersos nas redes de relações entre locais. Ou seja, parecia que a “estratégia” tinha mudado. Certas divergências foram acirradas no final dos anos 80, no momento de efervescência na configuração de uma comunidade de origem, e resultaram em cisões entre aqueles que fundaram o clube redirecionando as ações coletivas para empreendimentos que os inscreveram entre os comerciantes nacionais brasileiros. Desse modo, havia uma certa “conquista” de postos no conselho de diretores lojistas e alianças com partidos políticos, no lado brasileiro da cidade.

Novas situações reposicionaram o tema da identidade étnica e a necessidade de pensar a origem com certo distanciamento, pois na esfera pública havia o custo do reconhecimento dessa origem era o de eternizá-los como estrangeiros.

Através das entrevistas em campo encontrei documentos guardados em casa dos entrevistados sobre os anos 80 no Chuí. Nessa época, os massacres em cidades palestinas eram tão comentados na cidade do Chuí quanto o reconhecimento da OLP e de Arafat como legítimo representante do Estado Palestino na ONU. Diferentes iniciativas coletivas foram empreendidas na localidade, exigindo a participação dos migrantes e não migrantes, em vista da comemoração do reconhecimento do Estado Palestino pela ONU.

As ações coletivas também serviam para veicular informação sobre fatos internacionais, palestras foram proferidas, monumentos eram inaugurados na localidade e, finalmente, os jovens filhos de migrantes eram solicitados a participar e a fazer algum tipo de formação política para falar em público, aprender sobre a história dos conflitos na palestina, sua gênese e explicações históricas. O escritório da OLP em Brasília fomentou a criação da *Sanaud*⁸, primeiramente em três localidades, a primeira foi no Chuí. Veiculavam informações sobre a questão palestina e propiciavam cursos de formação para lideranças entre os filhos de migrantes.

98 No início dos anos 90, um time de futebol “Central Palestino” fora criado por esses migrantes no Chuí uruguaio. De diversas formas públicas, os sujeitos investem seu tempo nas ações coletivas e ajudam a dar contornos a uma “coletividade árabe”. As ações visavam apoio e divulgação da causa palestina nas relações e instituições locais. Assim, inscreviam sua existência nas relações locais utilizando-se de referências extra locais relativas à identidade palestina. Colocavam em circulação noções de nacionalidade e de “origem” e, ao mesmo tempo, permitiam dialogar e reelaborar significados a “pecha de turco” atribuída é usada para classificar genericamente os migrantes que atuam no comércio.

Esses jovens filhos de imigrantes ressaltam esse período como um tempo em que as caixas registradoras estavam repletas

8 Sanaud significa “voltaremos” em árabe. O movimento sanaud existe até hoje em diversas cidades no Brasil. É organizado pelos filhos de palestinos nascidos no Brasil ou mesmo os que vieram com as mães ainda crianças e hoje já são adultos. Na época desta pesquisa, eram jovens adultos que relatavam como participaram dessa iniciativa da OLP e representação diplomática da palestina em Brasil nos anos 1982-1985. Hoje o Sanaud segue realizando ações de informação e formação de jovens na história da palestina, incorporando outras gerações de jovens, com experiências de blogs e instagram, sempre atualizados em ferramentas de redes sociais.

de dinheiro e as lojas cheias de uruguaios para fazer suas compras em suas lojas. A agitação local colocava em circulação um campo de possibilidades mais amplo para os filhos de migrantes do que as relações travadas no Chuí. Na mesma parentela alguns irmãos investiram em cursos superiores enquanto outros declinaram dessa possibilidade em função da avaliação de ter boas perspectivas no comércio local.

Em dado momento, as famílias imigrantes no Chuí investem na ampliação da competência linguística de seus filhos. E, valorizavam a possibilidade de falar a mesma língua com os filhos, proporcionando a imersão destes no aprendizado do árabe através de períodos de permanência da família na palestina, como turistas. Dessa maneira, uma das distâncias geracionais entre pais e filhos era “corrigida”, pois nem todos os filhos de imigrantes falavam em árabe.

As viagens permitiam ampliar possibilidades para a vida adulta; de aprender o idioma árabe, tão comum nos encontros e na sociabilidade de rua, mas que não estava acessível a todos os filhos de migrantes; e de atualização dos laços familiares. Tanto os laços familiares quanto o aprendizado do idioma árabe permitiam revitalizar noções fundamentais sobre a origem comum e sobre a unidade da “família árabe” recuperando ideias de laços primordiais e da continuidade dos laços familiares rompidos pela experiência migratória. As viagens de *retorno* disponibilizavam os sujeitos ao tema da origem como uma experiência inalienável.

Durante todo meu trabalho de campo, em um momento “pré-internet” no Brasil, a cidade se destacava em um aspecto. As antenas parabólicas dominavam os telhados da cidade, como ocorria nas cidades com áreas rurais buscando alcançar “pacotes” de canais internacionais. O “pacote” dos palestinos, contudo, tinha um diferencial daquele que era comprado por brasileiros. Ele agregava alguns canais em árabe, um canal de informações de Dubai, bem como outro sintonizado em novelas e no horário das orações. A assinatura era

feita para assistir nas lojas, durante o horário comercial, enquanto que, em suas casas não havia a duplicação da assinatura, fruindo os programas da televisão brasileira e uruguaia. A vida binacional se traduz nos horários comerciais, moedas, programas de rádios em uma sobreposição e, por vezes, uma sobreposição destes registros na vida cotidiana. No caso dos palestinos, havia um terceiro horário, um terceiro idioma, uma terceira moeda (o dólar), e mensagens rápidas através de fax, que organizava suas vidas localmente.

As viagens e as fronteiras: uma reunificação familiar possível.

De fato, os palestinos e seus filhos fazem coisas inusitadas para as teorias sobre imigração. Com novas possibilidades de comunicação e de trânsito, as redes são revitalizadas a partir do esforço e do investimento intensivo das famílias. As viagens que empreendem têm significados diversos; visitam aos familiares, retornam aos povoados de origem para reencontrar irmãos ou apresentar seus **100** filhos à parentela ou realizam a obrigação de peregrinar a Meca. O ideal desses imigrantes parece ser o de reencontrar os parentes e de participar das festas promovidas em distintas localidades. Para os mais velhos, as viagens de retorno marcam um período da vida do imigrante, explicitando a prosperidade alcançada para a família de orientação. O retorno à aldeia de origem portando uma mala cheia de presentes é relatado como um fato marcante do primeiro retorno, depois de anos de imigração. Recordo que esse não é um relato específico dos palestinos, mostra que em muitos aspectos estão “em continuidade” com a experiência de imigração encontrada em outros fluxos de procedência semita.

As rotinas de viagens chamam a atenção de todos. Seja porque sempre surge uma esposa trazida de algum país do Oriente Médio, seja porque alguém planeja uma viagem durante muito tempo para si ou para sua família conhecer o “outro mundo” (o oriente médio). Embora tenham uma enorme familiaridade com as notícias emitidas

pela rede Dubai⁹ em transmissões através das parabólicas fixadas em algumas lojas. E são muitas as parabólicas no interior do Rio Grande do Sul. Entretanto, nas cidades de Pelotas e Rio Grande a opção pela rede Dubai em árabe é um dos canais do “pacote” das televisões por assinatura preferidas pelos imigrantes.

Mesmo que o objetivo seja expresso como uma volta à Palestina, viajar é uma atividade familiar que é mobilizada também como forma de primeiro encontro dos filhos nascidos no Brasil com a parentela espalhada em outras localidades e países em função de festas de casamentos. Ao mesmo tempo em que há um *revival* das tradições, nota-se a importância e suntuosidade das festas de casamento “ao estilo árabe”. As redes de relações “entre” lugares são revitalizadas, por essas festas, através das viagens em que conhecem pessoalmente outros patrícios.

Na experiência atual, todos parecem ter uma história de viagem para contar, sua ou de seus parentes. Portanto, o relato de viagem não se restringe à vinda de um imigrante para o Brasil, mas histórias de constantes idas e vindas, tais viagens criam memórias em comum, são desejadas e lembradas em seus detalhes e aprendizados.

Há o relato comum aos jovens filhos de imigrantes escolarizados nos costumes, no idioma ou relativamente bem familiarizados com práticas testemunhadas na vida familiar que é travada em outras cidades. As viagens são uma experiência sublinhada como própria dos “árabes” e especial para a vida dos filhos de palestinos no sentido de experimentar o que venha a ser a “família árabe”, estabelecendo proximidades entre a “sua” e a de outros.

9 A TV DUBAI nos anos 1993 e 1994, quando da realização de meu trabalho de campo, era o canal pago em árabe ofertado nos “combos” das antenas parabólicas na cidade do Chuí. A TV DUBAI é sediada nos Emirados Árabes. Ela é anterior a criação em 1996 da TV Al Jazeera.

Na época em que iniciei meu trabalho de campo, 1996, em plena vigência do Mercosul, as fronteiras pareciam abandonadas pelos compradores. Os uruguaios estavam diante de uma moeda brasileira mais forte e com produtos mais caros e, de outra parte, os brasileiros não se destinavam para os free-shops importados, um comércio com produtos similares aos vendidos em salões de embarque de aeroportos. Os imigrantes palestinos que se fixaram na fronteira, como comerciantes no lado brasileiro, avaliavam que tinham feito um erro de cálculos sobre as vantagens dessa fronteira, comparando com a experiência relatada de outras fronteiras, com a Argentina, vividas e comentada entre comerciantes palestinos.

Hoje, no ano de 2024, as diferenças cambiais entre Brasil e Uruguai novamente “aqueceram” a economia local nas fronteiras brasileiras e as atividades após a pandemia voltaram a colocar o comércio em grande movimentação, com uma diferença fiscal em que os uruguaios compram nos supermercados no Brasil.

102 Todavia, as pressões que levam as famílias a reordenar um realocamento de moradia e trabalho em novas localidades não se restringem a um cálculo monetário que rege seu trabalho no Brasil. Mostram que as decisões sobre viagens internacionais dependem de outros elementos fora de seu total controle. Nos anos seguintes a finalização da minha tese de doutorado, algumas das famílias que entrevistei para o trabalho da tese se mudaram para São Paulo e outras para lugares em que algum irmão acenava com possibilidade de recebe-lo para uma curta permanência, eventualmente, no exterior.

Quero exemplificar com um relato mais recente porque nos revela algumas continuidades desse cálculo de realocações relativos a uma reflexão sobre as complexas dinâmicas familiares atravessadas pela diáspora. A abertura e fechamento das fronteiras para os palestinos no mundo e, em especial, nas escalas dos voos que levam à Palestina fazem parte de seus cálculos.

No mês de maio de 2006, Yasser, um filho de palestino nascido no Brasil e residente no Chuí, exemplifica em que consiste um complexo cálculo de possibilidades de permanência em uma localidade e suas limitações objetivas. Yasser se refere à vinda para o Chuí, não só a viabilidade da vida comercial, aqui ou ali. Hoje trabalha com seu pai em lojas diferentes no Chuí. Mais adiante reflete sobre as condições de retorno para a Palestina para reencontrar a mãe e irmãs que lá vivem. Para esse filho de imigrante nascido no Brasil é um cálculo que passa por inúmeras variáveis. Relata-me que no tempo que fez sua escolaridade na Palestina vivia com a mãe e suas irmãs e, diferente delas, podia entrar e sair pelo aeroporto de Tel Aviv porque portava unicamente o passaporte brasileiro. Assim, fazia uma viagem com um caminho mais curto que os demais parentes. Atualmente, Yasser está casado com uma esposa nascida na Palestina, natural de uma cidade na proximidade de Nablus. Eles se conheceram lá porque, como relata a esposa, suas famílias se conheciam. Para vir ao Brasil, ela obteve o visto permanente como brasileira, por seu casamento. Na época de nossa entrevista, o filho deste casal tinha nove meses, nascido no Brasil Hoje deve ter aproximadamente 20 anos de idade. Yasser ponderara que o filho é brasileiro, mas poderá ser anotado na carteira palestina da esposa como filho de palestino. Para a próxima viagem ele, esposo, deverá acompanhar o trajeto feito pela esposa e filho. Ou seja, deverão entrar na Palestina pela Jordânia e seguir por terra até a fronteira palestina, pois ela é palestina e não pode descer no aeroporto de Tel-Aviv.

103

Como o filho a acompanhará, mesmo sendo brasileiro, Yasser deverá acompanhar os dois. Mesmo ela tendo a cidadania brasileira constará também sua cidadania palestina nos registros de aeroporto e isso a impedirá de aportar pelo aeroporto de Tel Aviv. Se vierem a registrar o menino no passaporte palestino da esposa, como quer Yasser, calcula que o filho terá a possibilidade de viver na Palestina.

Provavelmente, para acompanhar a esposa, inicialmente, ele deverá entrar como turista brasileiro (já que não consta tendo a cidadania palestina de seu pai) e permanecer significa tornar-se um ilegal e esperar uma anistia.

Os trabalhos mais recentes sobre a experiência de Palestinos que vivem entre o Brasil e a Palestina, entretanto, estão repletos de experiências de deportação na fronteira, da desconfiança sobre essa multinacionalidade das famílias palestinas, sem, contudo, perceber serem estes um dos efeitos mais visíveis da Diáspora a qual os palestinos foram empurrados a viver. Em outras palavras, um duplo ônus da Diáspora pois além de buscar incessantemente “religar” famílias espalhadas pelo desterro, quando conseguem reunificar as famílias, essas podem ser demasiadamente internacionais aos olhos de quem exige homogeneidade nas tradições e as coloca em suspeição nas fronteiras e aduanas.

Os Palestinos e as “viagens da volta”:

104

Do ponto de vista dos brasileiros sobre os palestinos há sempre algo incompreensível a desvendar. Vistos com exterioridade, são sujeitos que viajam muito e parecem viver em uma situação “provisória” no Brasil, um estrangeiro em potencial. Vistos de perto, esse ir e vir da Palestina agrega novas memórias e aproxima gerações de imigrantes com a Palestina vivida, cada geração a seu modo. Para a primeira geração é uma visita, uma oportunidade de fazer a peregrinação, apresentar os filhos aos parentes. Para os mais jovens é um aprendizado sobre si, sobre a origem de seus pais e histórias contadas que se tornam suas vivências sobre a Palestina e sobre uma parentela que sai das fotos e passa a ser realidade.

Devemos fazer algumas ressalvas quanto a algumas singularidades da imigração palestina no Brasil, no que diz respeito à Diáspora Palestina. A nomenclatura, não somente sobrenomes, mas os nomes próprios de filhos nascidos no Brasil se tornam um complicador nas

fronteiras internacionais. Mesmo assim, um signo importante nas relações locais no Brasil e na Palestina.

Outra especificidade é o fato de, mesmo quando existem os papéis regulares, individualmente, a vida familiar não é unívoca nas procedências dos passaportes. Essa diversidade reflete histórias da família, nascimentos, casamentos e moradias que, em momentos distintos, deram acessos a uns e não a todos os documentos brasileiros ou palestinos ou jordanianos como porta de saída da Palestina. Estes documentos-obstáculos exigem um cálculo singular na reunificação familiar porque criam preocupações também para o livre trânsito internacional e, no caso dos filhos de palestinos, são complicadores para o entendimento da diversidade de caminhos trilhados no desterro, como examinei em Jardim (2017).

Como lembra Sayad (1977), a verdade da imigração é a ruptura. Pode-se afirmar que os imigrantes palestinos atuam no sentido contrário, no esforço por religar, não somente à terra de origem, mas a um amplo repertório de referências culturais e de relações familiares que nela está contida. É difícil saber se isso é próprio dos palestinos comum a todo o imigrante de primeira geração, mas no caso de imigrações forçadas a terra de origem passa a ser um tema cotidiano e uma criação de novas memórias com a Palestina.

Podemos conhecer, através dessa experiência da diáspora palestina, que a viagem adquire outros significados através da atuação das mulheres. No caso dos palestinos, são as mães e tias que organizam e atuam em um circuito de comunicação entre familiares. São reconhecidas como mediadoras para traçar casamentos entre jovens inclusive entre aqueles que vivem em cidades e países distantes. No Chuí fazem isso com naturalidade, já que solteiros (as) evitam falar diretamente recorrendo a muitos primos e amigos para tais mediações do interconhecimento. A comunicação é indireta é feita através de intermediários que querem “encaminhá-los”. Portanto, se elas mediam a comunicação e o interesse recíproco de solteiros e

entre parentelas. Elas colocam no horizonte familiar a possibilidade de casamentos dos jovens e acabam tecendo novos itinerários para as mulheres que se casam.

Através das viagens, como uma viagem “da volta” tal como propõe João Pacheco de Oliveira (1993), os migrantes conseguiram no início dos anos 80 recriar a pertinência da origem entre os filhos nascidos no Brasil, esses migrantes convivem com a viagem como um tema importante em sua sociabilidade local no Brasil.

106 As viagens colocam em movimento uma série de anseios, indagações sobre a origem e possibilidades, entre elas a de contornar conflitos entre gerações nas relações familiares, em especial, alguns conflitos entre pais e filhos, entre recém-chegados e estabelecidos na localidade, abrindo novas perspectivas para conduzir as escolhas profissionais e afetivas. As visitas e viagens ampliam um circuito muito apreciado por pais e filhos, os casamentos árabes com suas ritualísticas, que tem um envolvimento coletivo de alta intensidade e que pode ser o motivo de uma longa permanência em um outro país, visando acompanhar as festas que envolvem um único casamento.

Portanto, quando a janela de viagens e transpasso de fronteira se fecha, as relações familiares entram em um compasso de espera.

Em suma, imigrar não é uma tarefa simples, ser desterrado e buscar se ligar aos parentes espalhados pelo mundo, tampouco é fácil. Isso nos permite sublinhar a força de alguns agentes sociais em direcionar os reencontros e, em especial, é importante realçar o investimento feminino nos percursos migratórios, são elas que estimulam casamentos e tornam esse assunto um tema socialmente interessante para definir destinos dos jovens e novas viagens. Em outras palavras, as mulheres se ocupam de um amplo circuito matrimonial e o têm colocado em movimento, ampliando as possibilidades de “ir e vir” produzidas na parentela. Saber qual o noivo que pode estar à altura das aspirações inclusive profissionais de uma filha ou sobrinha faz parte dessa intensa conversação.

Afinal, a imigração palestina não é exatamente uma livre escolha, fora uma imposição histórica da ocupação colonialista impetrada continuamente pelo avanço de assentamentos de colonos israelenses. Eu acrescentaria que a re-imigrações tem sido eternizadas em suas redes, como um destino possível, tanto por questões econômicas, quanto pelo esforço das famílias em religar e ressemantizar a experiência da viagem como parte de um modelo de busca de oportunidades na vida adulta.

O estudo da experiência da diáspora dos palestinos nos permite demonstrar um longo percurso de mudança de países e de sua capacidade (maior ou menor) em agenciar tais deslocamentos e se credenciar, lidar diretamente através das burocracias nacionais. Sua experiência nos conduz a investigar essas áreas de sombras das burocracias nacionais, dos consulados, da polícia aduaneira, dos emissores de documentação.

Uma aproximação local e no Brasil com os palestinos hoje, tem nos permitido conhecer os obstáculos legais dos trânsitos internacionais que experimentam diretamente, em várias gerações da família, e as estratégias de circulação até então conquistadas para empreender seus reencontros das famílias na Diáspora.

Isso aponta para o impacto do avanço bélico atual sobre os territórios palestinos e os efeitos não visíveis da violência estatal de Israel tanto para os palestinos que vivem na palestina atualmente, quanto para aqueles que vivem fora da palestina e que tem inviabilizada a perspectiva de permanência, mesmo como turistas para realizar o reencontro com suas cidades, familiares e imersão no idioma e vida local. Significam reencontros suspensos por tempo indeterminado e incerto. É a partir desse enfoque que, mais uma vez, poderemos entender porque os trânsitos internacionais dos imigrantes palestinos não se pautam unicamente por uma necessidade de retorno, e quais os sentidos vividos na reunificação

familiar. Nas viagens da volta é possível reconhecer a Palestina em muitos aspectos, inclusive sobre as subalternizações atuais, vividas atualmente por seus familiares relegados a condição de cidadania de segunda classe na Palestina ocupada por Israel.

REFERÊNCIAS

ABDULRAHIM, Dima. Islam in a North European Setting: Palestinians in Berlin. MIR-HOSSEINI, Ziba (org) *Islamic Family Law: Ideals & Realities*. London, Cambridge Anthropology, 16:2, p.97-108, 1992/1993.

ABURISH, Said. *Children of Bethany. The Story of a Palestinian Family*. London, I.B. Tauris & CO LTD. 1988.

BAEZA, Cecília. *De la Conscience Diasporique a la Mobilisation transnationale: Le Cas des Palestiniens du Chili. Memoire /Relaciones Internationales*. Institut d'études politiques de Paris. 2003.

108

CLIFFORD, James. *Itinerários Transculturais*. Barcelona, Gedisa, 1997.

DAHLEH, Simone Munir. *A Trama Tecida por Mulheres Palestinas: relatos Biográficos dos Usos Táticos de tecnologias Digitais*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) PPGCOM/UFMS, Santa Maria, 2024.

DELVAL, Raymond. *Les Muçulmans en Amerique Latine et aux Caraibes. Recherches & Documents. Amerique Latines*, L'Harmattan, 1992.

GUGLIELMINI, Luiza A. *Palestinos em Manaus: Cultura e identidade através da Primeira geração*. Tese (Doutorado em Antropologia). PPGAS/ Universidade Federal do Amazonas, 2022.

JARDIM, Denise F. "Quer comprar roupa feita?" A Negociação de identidades sociais de imigrantes palestinos. *História em Revista*. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História e Antropologia. Editora Universitária, UFPEL, Pelotas. Vol 5. Dezembro de 1999.

_____. *Diásporas, Viagens e Alteridades: As Experiências Familiares dos Palestinos no Extremo-sul do Brasil*. Horizontes Antropológicos. UFRGS/ IFCH. PPGAS. Ano 6, n.14. Porto Alegre. 2000.

_____. *Palestinos no Extremo Sul do Brasil: Identidade Étnica os Meca-*

nismos Sociais de Produção da Etnicidade. Chuí/RS. Tese (Doutorado em Antropologia) PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. In: Horizontes Antropológicos. UFRGS, IFCH, PPGAS, Porto Alegre. p.223-246. 2003.

_____. Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de Controle e as fronteiras. Jundiá. Paco Editorial, 2017.

KHALIDI, Rachid. La Construcción de la identidad. In: La Vanguardia. Dossiê. Los palestinos. N.8. octubre/diciembre. p.18-21. 2003.

LESSER, J. O Judeu é o Turco da Prestação: Etnicidade, Assimilação e Imagens das Elites sobre Árabes e Judeus no Brasil. In: Estudos Afroasiáticos. (27). 1995.

MULLER, Karla. Mídia e Fronteira. Jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento Rivera. Tese. (Doutorado em Comunicação) Programa de pós graduação em Ciências da comunicação, UNISINOS, São Leopoldo. 2003.

NABULSI, Karma. Los refugiados. La Vanguardia. Dossiê. Los palestinos. N.8. octubre/diciembre, 2003.

NUNES, Heliane Prudente. A Imigração Árabe em Goiás. 1880-1970. Tese (Doutorado em História). São Paulo. USP. 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A Viagem da volta; Reelaboração Cultural e Horizonte Político dos povos indígenas do Nordeste. Atlas das terras Indígenas/Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional/UFRJ. p. V-VIII. 1993.

OLIVEIRA, Rafael G. de. Al Dakhel, cartografias como experiência: Reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina. Tese (Doutorado em Antropologia). PPGAS/ Universidade Federal do Paraná. 2020.

PAPPÈ, Ilan. La Limpieza Étnica de Palestina. España, Booket e Editorial Grupo Planeta, 2006.

PETERS, Roberta. Imigrantes Palestinos, Famílias Árabes. Um estudo antropológico sobre a recriação da tradição a partir da festa e rituais de casamento. Dissertação (Mestrado em Antropologia). PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 2006.

SAID, Edward. Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. Les Trois “Ages” de l’ Emigration Algerienne em France”. In: Actes de la Recherche. N. 17. p. 59-79. Jun 1997.

TRUZZI, Oswaldo M. S. Patrícios. Sírios e Libaneses em São Paulo. São

Paulo, Ed. Hucitec, 1997.

VITAR, Beatriz M. Testimonios Orales de los Descendientes de Sirios Libaneses en San Miguel de Tucumán (Argentina). Serie: La Identificación Étnica. In: Trocadero. Revista de Historia moderna y contemporánea. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Universidad de Cádiz, 2003.